

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 492.287 - PB (2019/0036074-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
EMBARGANTE : JOSÉ RICARDO PORTO
ADVOGADO : THIAGO LEITE FERREIRA - PB011703
EMBARGADO : DOUGLAS LUCENA MOURA DE MEDEIROS
ADVOGADOS : FABRÍCIO JULIANO MENDES MEDEIROS - DF027581
RICARDO MARTINS JUNIOR - DF054071
JADER DA SILVA VAZ - DF051503
CELSO DE BARROS CORREIA NETO - DF059090
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JOSÉ RICARDO PORTO contra decisão que concedeu a ordem para determinar o trancamento do Procedimento Investigatório Criminal n. 000044-15.2018.815.0000.

Sustenta o embargante que, ante a omissão do Ministério Público em recorrer do aludido provimento judicial, foi inaugurada a legitimidade supletiva para a irresignação do assistente de acusação.

Aduz que o reconhecimento da atipicidade da conduta imputada ao réu seria contraditório, uma vez que na decisão reconsiderada foram citados precedentes demonstrando a necessidade de prosseguimento do feito e a impossibilidade de seu encerramento prematuro.

Requer o acolhimento dos aclaratórios para que a decisão que indeferiu liminarmente o *mandamus* seja restabelecida.

É o relatório.

Este Superior Tribunal reiteradamente vem decidindo que, salvo nos casos de ação penal privada, é vedada a intervenção de terceiros no *habeas corpus*.

Confira-se:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO DE MENORES. PEDIDO DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS. IMPOSSIBILIDADE. (...) RECURSO DESPROVIDO.

I - A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de não admitir qualquer tipo de intervenção de terceiros no habeas corpus e no respectivo recurso ordinário, por se tratar de meio processual que não possui partes e nem litigantes, mas tem como única função resguardar o direito de locomoção. Precedentes.

(...)

Recurso ordinário desprovido.

(RHC 85.970/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018)

Na mesma esteira:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. (...) AMICUS CURIAE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

6. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir qualquer tipo de intervenção de terceiros no habeas corpus, meio processual que não possui partes e nem litigantes, mas tem como única função o resguardo do direito de ir e vir das pessoas.

7. Recurso de habeas corpus não provido.

(RHC 86.758/MT, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 06/10/2017)

Com igual orientação:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ASSISTÊNCIA EM HABEAS CORPUS. INVIABILIDADE. (...) ORDEM CONCEDIDA.

1. O habeas corpus representa instrumento processual de tutela de direito subjetivo público constitucional, consubstanciado no direito de ir e vir conferido a qualquer brasileiro ou estrangeiro que esteja em solo brasileiro, desfrutando, assim, de eminência ímpar e de premência em seu julgamento, incompatíveis com a intervenção de terceiros, em qualquer de suas modalidades, seja a favor ou contra o paciente, tanto que sequer previsto nas normas do Livro III, Título II, Capítulo X do Código de Processo Penal, que regulam o procedimento do mandamus.

(...)

10. Agravo regimental conhecido e provido. Ordem concedida para, reconhecida a violação do art. 59 do Código Penal, reduzir a pena-base imposta à paciente pelo crime de denúncia caluniosa, tornando sua reprimenda definitiva, por esse crime, em 3 anos de reclusão, em regime semiaberto, mais o pagamento de 30 dias-multa, à razão mínima legal, devolvendo-se ao Juízo da Execução Penal a análise de eventual substituição da pena privativa de liberdade por restritiva (s) de direito.

(AgRg no HC 339.782/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 12/05/2016)

No mesmo norte, colhe-se o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: *Habeas Corpus. (...) 4. Pedido de assistência litisconsorcial da acusação feito pelo suplente de vereador. Inexistência de normas que tratem sobre a matéria. Jurisprudência predominante no STF no sentido de que, salvo no caso de querelante, não há compatibilidade entre o rito do habeas corpus e os tipos de intervenção de terceiro. (...) 6. Habeas corpus deferido, tão-somente, para estender ao paciente os efeitos da decisão do TSE no HC no 43, Classe 23a, prosseguindo a ação penal quanto aos demais crimes eleitorais (HC 83170, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 18/05/2006, DJ 09-06-2006 PP-00005 EMENT VOL-02236-01 PP-00163 RTJ VOL-00200-02 PP-00892 LEXSTF v. 28, n. 331, 2006, p. 384-393 RT v. 95, n. 854, 2006, p. 503-507)*

Portanto, consistindo o *habeas corpus* em ação constitucional que se reserva às hipóteses em que alguém é vítima de constrangimento ilegal ou de abuso de autoridade, assim como nas que se acha na iminência de sofrê-lo quanto à liberdade de ir e vir, não se mostra adequada a participação e intervenção de terceiros no aludido procedimento mandamental.

Com efeito, não obstante se admita o ingresso do assistente de acusação na ação penal, tal possibilidade não se estende ao procedimento especial do *habeas corpus*, ante a inexistência de norma autorizativa, bem como em decorrência da própria natureza do remédio constitucional.

A propósito:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. (...) PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO LIMINAR. JULGAMENTO DO MÉRITO. PEDIDO PREJUDICADO. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO NÃO TEM LEGITIMIDADE PARA INTERVIR EM HABEAS CORPUS. AMICUS CURIAE. IMPOSSIBILIDADE.

1. Este Superior Tribunal e a Suprema Corte possuem jurisprudência pacífica quanto à impossibilidade de intervenção de terceiros no habeas corpus, seja na condição de amicus curiae ou como assistente de acusação, por se tratar de ação constitucional que objetiva garantir a liberdade de locomoção dos pacientes. Precedentes.

(...)

5. Ordem concedida para assegurar ao paciente Diego Moreira da Cunha o direito de aguardar em liberdade o julgamento da Ação Penal n.

0006651-41.2017.8.19.0004, proveniente da 4ª Vara Criminal da comarca de São Gonçalo/RJ, podendo o Juiz do feito, desde que de forma fundamentada, fixar medidas cautelares, com extensão dos efeitos aos corréus Simone Gonçalves de Resende, Matheus Resende Khalil e Gabriel Botrel de Araujo Miranda.

Superior Tribunal de Justiça

(HC 411.123/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 22/06/2018)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “a”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** dos presentes embargos de declaração.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

